

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DAVID GABRIEL DIAS SILVA

**AFETOS E VIDAS PASSÍVEIS DE LUTO: A REPRESENTAÇÃO PALESTINA NA
COBERTURA DA FOLHA DE S.PAULO DURANTE O CONFLITO EM GAZA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Economia e Relações
Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia como pré-requisito para a
obtenção do título de Bacharel em Relações
Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Lara Martim
Rodrigues Selis.

**Uberlândia
2026**

AFETOS E VIDAS PASSÍVEIS DE LUTO: A REPRESENTAÇÃO PALESTINA NA COBERTURA DA FOLHA DE S.PAULO DURANTE O CONFLITO EM GAZA

David Gabriel Dias Silva¹

Resumo: O presente trabalho buscou analisar as representações discursivas do corpo palestino na cobertura da *Folha de S.P* sobre o conflito em Gaza (2023-2025) e como tais discursos promovem economias afetivas que podem influenciar o reconhecimento dessas vidas como passíveis de luto. A partir da análise de oito matérias que representam eventos importantes do conflito, em que o sofrimento palestino foi mais nítido. À luz dos estudos de Sarah Ahmed sobre a circulação dos afetos e de Judith Butler sobre a precariedade da vida, o estudo dialoga ainda com Edward Said para contextualizar a desumanização histórica da questão palestina. Dessa forma, o artigo foi dividido em uma primeira etapa explicando o referencial teórico e os conceitos mobilizados pelas autoras, e em seguida a aplicação empírica. Por fim, foi concluído que embora o sofrimento palestino esteja presente na cobertura da *Folha de S.P*, ela é subordinada a algumas estratégias discursivas que precarizam sua representação, como enquadramentos militares ou por disputas de versões, com pouca ou sem personalização e contextualização. Assim, os palestinos tendem a ser representados mais como números, terroristas ou multidões sem nome.

Palavras-chave: Sofrimento Palestino; Representação; Cobertura jornalística; Afetos; Gaza.

Abstract: This study sought to analyze the discursive representations of the Palestinian body in *Folha de S.Paulo*'s coverage of the conflict in Gaza between 2023 and 2025, as well as how such discourses produce affective economies that may influence whether Palestinian lives are recognized as grievable. The analysis focused on eight news articles covering major events in the conflict in which Palestinian suffering was most visible. Drawing on Sarah Ahmed's studies of the circulation of affect and Judith Butler's work on the precarity of life, the study also engages with Edward Said to contextualize the historical dehumanization surrounding the Palestinian question. Accordingly, the article was divided into two stages: the first explains the theoretical framework and the concepts developed by these authors, while the second presents the empirical analysis. The study ultimately concluded that, although Palestinian suffering is present in *Folha de S.Paulo*'s coverage, it is subordinated to discursive strategies that render its representation precarious, such as military framing and disputes between competing accounts, with little or no personalization or contextualization. As a result, Palestinians tend to be represented primarily as numbers, terrorists, or nameless crowds.

Keywords: Palestinian suffering; Representation; Journalistic coverage; Affects; Gaza.

¹ Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: davidgdias03@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Os ataques conduzidos pelo Hamas em 7 de outubro de 2023 desencadearam uma nova fase do conflito Israel–Palestina, marcada por respostas militares de grande escala por parte de Israel e por um rápido agravamento da crise humanitária na Faixa de Gaza. Os números de mortos palestinos até metade de 2025 já ultrapassaram mais de 60 mil, e mais da metade sendo mulheres e crianças (Loveluck; Shih *et al.*, 2025). Estimativas do The Guardian apontam destruição generalizada de um território que antes era descrito como “vibrante, com universidades e cafés à beira-mar” (Loveluck; Shih *et al.*, 2025). Os altos números de mortes já são reconhecidos pela “Organização das Nações Unidas”.

Contudo, esse não é o primeiro conflito entre Israel e a Palestina. Os dois países nutrem um extenso embate histórico político e social sobre a posse do território no sudoeste asiático em questão, localizado na costa do mar mediterrâneo e o rio Jordão. Conhecida historicamente como a “terra prometida”, o peso de seu título foi essencial para o sentimento de pertencimento àquela terra pelos Judeus, entretanto, muçulmanos ali já se estabeleciam. Em resposta não só ao grande número de judeus em território palestino, como também o colonialismo europeu em ignorar os nativos daquela região, emergiu o nacionalismo árabe (Ruan; Satur, 2020 *apud* Souza; Amaral; Ness, 2022). A guerra entre Palestina e Israel é uma das mais complexas da história moderna, devido também a sua longevidade, existindo ampla literatura sobre origem e efeitos dessa guerra (Morris, 2001; Gelvin, 2014 *apud* Gunay, 2025). As narrativas seletivas adotadas pela mídia ao enquadrar esse conflito influenciam diretamente a percepção pública e contribuem para a formação de diferentes interpretações sobre suas dinâmicas internas.

Dessa forma, é visto que a intensidade dos ataques israelenses e o impacto sobre civis deslocaram o centro da cobertura internacional. Antes a mídia hegemônica possuía um enquadramento intenso na segurança de Israel e no ataque de Hamas, legitimando os ataques do Estado Judeu. Como por exemplo, sendo o caso do “*The New York Time*”, “*The Guardian*” e o jornal alemão “*Taz*”. E passou gradualmente desse enquadramento para uma visibilidade crescente sobre a crise humanitária em Gaza. A cobertura internacional nesse caso não foi totalmente imparcial, elas foram moldadas entre o apoio de Israel e as denúncias crescentes da tragédia humanitária conforme a violência escalava (Gunay, 2025).

Apesar desse movimento, estudos apontam que a cobertura midiática global historicamente privilegia narrativas que marginalizam a violência estrutural sofrida pela Palestina, e no conflito atual acaba conferindo maior destaque à perspectiva israelense, invisibilizando o sofrimento palestino (Segev; Blodheim, 2013 *apud* Ramos; Baldin, 2023).

Segundo o relatório elaborado pelo Media Bias Meter e Tech for Palestine (2025), os oito maiores veículos de mídia ocidentais analisados omitiram sistematicamente termos contextuais indispensáveis, como “ocupação”, “assentamentos ilegais ” e “bloqueio”, esta narrativa retira da violência palestina o direito dos povos ocupados de resistir, fazendo a resistência parecer arbitrária ou irracional, mascarando o sofrimento palestino em meio à crise humanitária em Gaza. Ainda sobre o relatório, é visto que o sensacionalismo carregando palavras como “bebês decapitados” ilustra como essa narrativa emocional inicialmente foi usada de forma a justificar retaliações, juntamente com o enquadramento de corpos, sendo o palestino constantemente submetido ao do “terrorismo”, assim, moldando percepções públicas de forma reducionista em uma narrativa de “bons” e “maus”.

A discussão sobre enquadramento e terrorismo constitui um ponto importante desta pesquisa, que será aprofundado nos próximos tópicos a partir das contribuições de Judith Butler. Nesse contexto, a visibilidade do sofrimento não é neutra: a mídia participa da seleção de quais mortes serão reconhecidas como lamentáveis, produzindo efeitos políticos.

Nesse processo, a mídia não se limita a transmitir informações, mas também orienta o público quanto às formas de compreender e interpretar os acontecimentos (Gunay, 2025).

Portando a presente pesquisa busca responder a seguinte pergunta: como a cobertura da Folha de S.Paulo representa discursivamente o corpo palestino e de que forma esses discursos promovem economias afetivas que podem influenciar o reconhecimento dessas vidas como passíveis de luto? O objetivo central é identificar as estratégias discursivas presentes nas matérias que acabam por precarizar afetivamente o corpo palestino. Assim, é feita uma análise qualitativa e interpretativa, analisando títulos, subtítulos e escolhas lexicais presentes nas reportagens produzidas após eventos marcantes do conflito entre 2023 e 2025.

Nesse sentido, a hipótese da pesquisa parte do pressuposto de que embora a cobertura da Folha de S.Paulo trate amplamente da guerra em Gaza, o sofrimento palestino é representado de forma parcial e frequentemente marginalizado dentro de enquadramentos sobre o conflito, justamente pela falta de contextualização, acompanhado de signos marginalizados, despersonalização, baixa visibilidade e generalizados a apenas números – que são algumas das estratégias discursivas que precarizam estes corpos. Nesse processo, os palestinos tendem a ser representados mais como números e vítimas coletivas, como efeitos

da guerra, do que como sujeitos individualizados, com nome, voz, história e corpos reconhecíveis. Assim, para sustentar essa discussão, a pesquisa recorre às contribuições da filósofa pós-estruturalista e estadunidense Judith Butler, referência nos estudos queers e a escritora e pesquisadora britânico-australiana Sarah Ahmed. A junção das duas permite compreender a representação do palestino como resultado de enquadramentos discursivos que podem ser sentidos.

A pesquisa se dividirá em dois blocos, um de referencial teórico e o outro de análise. No referencial, em um primeiro momento, trará uma contextualização do conflito entre Israel e Palestina a luz do professor palestino-americano e um dos fundadores dos estudos pós-coloniais, Edward W. Said. Logo após, iniciará os tópicos que antecedem a análise, desenvolvendo os conceitos de “Economia Afetiva” de Ahmed e o de “Enquadramentos e Vidas passíveis de Luto” de Butler. Por fim será feita a análise, assim, chegando aos resultados almejados a fim de comprovar a hipótese.

A escolha deste tema se deve pela invisibilidade histórica constante a qual o povo palestino é submetido, ganhando um novo capítulo de estigmas no conflito após o 7 de outubro de 2023, em meio a um mundo muito mais globalizado e conectado. Sendo assim, é de suma necessidade dar voz e questionar como os povos palestinos são representados nas mídias.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO: INÍCIO DO CONFLITO

[...] como afirmo ao longo deste livro, enquanto Israel e sua história são incessantemente celebrados, a realidade dos palestinos e a vida que levam, as pequenas histórias que guardam e as aspirações que alimentam, só há pouco tempo tiveram sua existência reconhecida. E, de súbito, a questão palestina passou a procurar uma solução: a opinião mundial exige que se dê a devida atenção ao dilema até então desprezado do impasse do Oriente Próximo. Mas, infelizmente, as perspectivas de um debate adequado são vagas, e as de uma solução irrefutável, ainda menores. Os termos do debate são frágeis, uma vez que os palestinos (como disse) são reconhecidos apenas como refugiados, extremistas ou terroristas (Said, 2012, p. 52).

A citação direta de Edward W. Said, retirada da edição de 2012 de *A questão da Palestina*, evidencia a importância da contextualização histórica acerca da região que a visão eurocentrista chamou de “Oriente Médio”. Trata-se de uma região marcada por disputas

narrativas nas quais, historicamente, a perspectiva ocidental tem prevalecido, contribuindo para a exclusão e o silenciamento de um povo.

Ademais, este tópico do artigo não pretende traçar uma ordem cronológica ancestral, dialogando sobre quem seriam os “donos legítimos” dessas terras, mas sim, discorrer a partir da formação do movimento sionista europeu, e a vinda dos Judeus para as terras orientais, no final do século XIX, quando o conflito entre Israel e Palestina ganha de fato notoriedade além de somente questões religiosas antigas, agora existia um plano político formal. Nesse contexto, surge a Declaração de Balfour de 1917, formalizando o apoio britânico ao movimento sionista. Ela é reconhecida por teóricos como um projeto colonial europeu, formulado por outras nações para obter controle daquela região, ignorando os povos que lá já existiam (Said, 2012).

O período que antecedeu a Declaração Balfour de 1917 foi marcado, segundo Said (2012), pela confluência entre o surgimento do nacionalismo sionista na Europa e as crescentes estratégias imperiais britânicas no Oriente Médio. O sionismo emergiu no final do século XIX, personificado em figuras como Theodor Herzl e Leon Pinsker, não apenas como uma resposta política e ideológica à perseguição antisemita europeia, mas como um movimento que buscava a autodeterminação judaica através de um modelo nacionalista tipicamente europeu, alinhados em uma busca constante de apoio imperialista. Theodor Herzl, fundador da Organização Sionista Mundial (OSM), tinha como principal argumento de que o investimento no sionismo e a fundação de um Estado Judeu no Oriente Médio iriam enfraquecer os movimentos de revolução socialista, justamente porque a Grã Bretanha estava muito interessada em parar os judeus que estavam envolvidos com movimentos socialistas na Europa, sobretudo na Rússia (Clemesha, 2002).

Dessa forma, a busca do sionismo foi fundamentada em uma premissa existente que perdura até os dias atuais de que a Palestina seria: “uma terra sem povo para um povo sem terra”. Uma narrativa deturpada assim como todas que cercam o corpo palestino e, sobretudo, o corpo árabe, ignorando a existência de uma sociedade nativa (Said, 2012). Tanto para os ideólogos sionistas quanto para as potências europeias, os habitantes locais não possuíam uma identidade política ou soberania que merecesse reconhecimento – tópico esse que será bastante tratado neste artigo à luz de Butler e Ahmed. Contudo, a palestina anteriormente sob controle dos Otomanos já era uma sociedade avançada, como expõe Said (2012):

[...] cerca de 65% dos árabe-palestinos constituíam um povo agrícola, que vivia em torno de quinhentas aldeias e cultivava grãos, frutas e vegetais. As principais cidades palestinas - Nablus, Jerusalém, Nazaré, Acre, Jafa, Jericó, Ramallah, Hebron e Haifa

- foram construídas em grande parte por árabe-palestinos, que continuaram a morar na região mesmo depois que as colônias sionistas invasoras se estenderam para as cercanias. Também havia uma classe intelectual e profissional palestina respeitável, uma atividade industrial incipiente e uma consciência nacional altamente desenvolvida (Said, 2012, p. 14).

Após a derrota do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial, a Grã Bretanha então assume o controle da região e formaliza a Declaração Balfour, documento que oficializa o apoio britânico ao estabelecimento de um “lar nacional para o povo judeu” na Palestina, denunciado pelos bolcheviques como uma encenação do imperialismo britânico com objetivo de justificar a abolição do Império Otomano (Clemesha, 2002). Este documento foi por muito tempo a base jurídica das reivindicações sionistas na Palestina, sendo ela feita por uma potência europeia, sobre um território não europeu e desrespeitando a presença e o desejo dos nativos daquele território. Assim, marcando o começo da nova fase pós moderna do conflito entre Israel e Palestina (Said, 2012).

A lógica ocidental e colonial de ignorar a existência daquele povo se materializou no Plano de Partilha da Palestina, aprovado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1947. Nele, 56% das terras foram destinadas aos judeus, que representavam cerca de 30% da população, impondo-se sobre os 70% de árabes que viviam naquele território. Dessa forma, o destino da Palestina foi decidido em fóruns internacionais sem a representação efetiva de seu próprio povo (Said, 2012).

Neste mesmo período ocorreu o conflito árabe-israelense, o *Nakba*, evento que promoveu a expulsão violenta de comunidades palestinas e destruiu centenas de aldeias, para garantir uma maioria demográfica e territorial para o novo Estado, o de Israel. Para os palestinos, o *Nakba* é compreendido como uma tragédia nacional que simboliza a expulsão, o exílio e o início da diáspora palestina, bem como o processo de desestruturação de uma nação desapropriada de sua pátria histórica (Cherman, 2014 *apud* Said, 2007). Said argumenta que a transição do plano de partilha para a *Nakba* não foi acidental, mas a execução material de um projeto que já havia silenciado a identidade nativa no papel, resultando na expulsão em massa e no apagamento de centenas de comunidades árabes que, subitamente, tornaram-se estrangeiras em sua própria terra.

Assim, surge a resistência palestina à ocupação israelense, que se organizou inicialmente por meio da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), apoiada pela Liga Árabe, e, posteriormente, pelas Intifadas, movimentos de revolta popular contra a expansão e o controle israelense. Apesar disso, a desigualdade bélica entre palestinos e israelenses resultou em um número muito maior de mortes palestinas, devido à diferença de

tecnologias armamentistas. Mesmo após os Acordos de Oslo, que buscavam estabelecer um processo de paz entre Israel e a OLP, a expansão israelense sobre os territórios palestinos continuou provocando expulsões, novas revoltas e a construção de um muro em Jerusalém Oriental e na Cisjordânia, associado à segregação e ao controle da circulação palestina (Lamesa, 2021; Ruan; Satur, 2020 *apud* Souza; Amaral; Ness, 2022).

Esse processo histórico é fundamental para compreender a atualidade do conflito, pois a desapropriação territorial palestina também produziu formas duradouras de apagamento político. A ausência de reconhecimento pleno do povo palestino desde os primeiros arranjos internacionais sobre a região ajuda a explicar por que, ainda hoje, sua existência frequentemente aparece mediada por disputas de legitimidade e segurança. Butler irá ajudar a entender então que a figura do Palestino visto como “não pessoa” – como dito por Said em sua obra – faz com que suas vidas não sejam lidas como vidas, logo, não gerando luto para ninguém. Por fim, destaca-se o seguinte trecho retirado do livro *A questão da Palestina* de Said:

[...] apesar dessas determinações explícitas, os palestinos continuam sendo um povo tão singular que servem essencialmente como sinônimo de problema - um problema desenraizado, irracional e gratuito. Eles não vão embora como deveriam, não aceitam o destino de outros refugiados (que aparentemente se resignaram a ser refugiados e estão satisfeitos desse modo) e causam problemas (Said, 2012, p. 8).

Portando todos os signos citados por Said (2012) de representação do palestino como sinônimo de problema dialoga com os estudos de Ahmed (2004) sobre como signos carregam afetividades e podem orientar a percepção pública, colaborando para a desumanização histórica desse povo.

2.2 ECONOMIAS AFETIVAS E A ROTULAGEM DO SER “TERRORISTA”

A noção de economias afetivas, desenvolvida por Sara Ahmed em seu artigo *Affective Economies* (2004), permite observar que os sentidos construídos no conflito Israel e Palestina não circulam de maneira neutra, eles são estrategicamente políticos e ajudam na desumanização de um povo. Assim, a justificativa da utilização de Ahmed para guiar essa pesquisa se dá pela importância de analisar os discursos advindos das emoções sentidas neste conflito, assim como ela diz em seu livro de 2014, “The Cultural Politics of Emotion” que é uma extensão de seu artigo: “[...] assim, em vez de perguntar 'O que são as emoções?', eu perguntarei: 'O que as emoções fazem?'. Ao fazer essa pergunta, [...] acompanharei como as

emoções circulam entre corpos, examinando como elas 'grudam', bem como se movem” (Ahmed, 2004, p. 4).

Ahmed (2014) afirma que as emoções não pertencem apenas ao interior dos sujeitos, mas são sempre direcionadas sobre algo, criando uma orientação ou postura em relação ao mundo e aos outros, podendo fazer movimentos de aproximação ou afastamento. Dessa forma, as economias afetivas podem ser compreendidas como o modo pelo qual as emoções circulam socialmente entre **corpos e signos**, fazendo com que determinadas associações “grudem” em certos corpos e objetos. Para ajudar no entendimento do conceito, a autora o associa com o conceito de capital em Marx, e diz que o “valor” afetivo se acumula através do movimento, assim como uma economia. Desse modo, o afeto não existe como algo fixo em um sujeito ou em um signo, mas emerge como efeito dessa circulação, na qual alguns signos se tornam ‘pegajosos/grudentos’ e passam a carregar determinadas emoções.

Nesse sentido, quando esses signos grudam no imaginário das pessoas, elas passam a ter uma mesma noção sobre um objeto, dando a impressão de serem um coletivo. Ahmed (2014) vai chamar esse processo de “alinhamento”, que produz coerência coletiva, como em uma nação ou grupo identitário. Esse “alinhamento” é a construção de um “nós” que pode nascer de um ódio contra um “outro”, que gera paixão entre os que compartilham a mesma emoção. Ahmed (2004) irá citar Butler e seu conceito de “Materialização”, para dizer que a acumulação de valor afetivo molda as superfícies dos corpos, criando então a materialização de uma fronteira do que está dentro (o nós) e do que está fora (o outro), assim, esse “outro” é produzido através de narrativas que o posiciona como alguém que “não é nós” e que, por não o ser, coloca em perigo o que é “nosso”.

Corpos de imigrantes ou minorias, por exemplo, são constantemente transformados nesse “outro” através do ódio, a presença deles significa um perigo à segurança nacional ou a um modo de se viver que faz o status quo (Ahmed, 2004). Butler (2018) em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* também irá discorrer sobre isso citando o trabalho de duas autoras, Kristeva (1982) sobre o ser “**abjeto**”, que designa aquilo que foi expelido do corpo, descartado, tornando-se “Outro”. Butler (2018) diz que esse movimento estabelece o que é o estranho. Assim, Young (1988) expande o conceito criado por Kristeva e o eleva para entender o sexismo, a homofobia e o racismo, dizendo que o repúdio de corpos em função do sexo, sexualidade e/ou cor é uma “expulsão” vinda da “repulsa”, consolidando identidades. Entende-se então que uma vida designada como “abjeta”, seria a criação da fronteira entre o “eu” e o “outro”. Sendo uma vida descartável, a repulsa do que é visto como o “Outro” é tamanha que esses sujeitos são reduzidos a essa condição de inferior ao o que

entende-se como “humano”, uma vez que eles desafiam as normas sociais. Dialogando exatamente com os estudos de Ahmed.

No caso palestino, os corpos lidos como “árabes” e “muçulmanos” aparecem frequentemente associados a signos como “terrorismo”, “medo” e “ameaça”. Como aponta Said (2012), esses sujeitos passam a ser construídos como sinônimo de “problema”, não por uma característica intrínseca, mas como resultado de uma construção política que transforma determinados corpos em ameaça. A partir da noção de economia afetiva de Ahmed, é possível compreender como a repetição constante desses termos, especialmente pela mídia e pelos discursos políticos, faz com que certos signos acumulem valor afetivo e passem a orientar a forma como esses corpos são percebidos. Assim, o corpo palestino é atravessado por afetos como o medo, o ódio e a piedade, que o colocam em uma posição de subordinação no contexto do conflito entre Palestina e Israel, subordinando-o aos corpos israelenses.

Ahmed (2014) também afirma que a dor do outro é frequentemente exibida para mobilizar o “sujeito ocidental” à ação, como no caso da doação ou da compaixão humanitária. No entanto, essa mobilização nem sempre implica o reconhecimento real do outro como sujeito político, mas, muitas vezes, serve para que o sujeito ocidental se reconheça como generoso. Ao mesmo tempo, esse mesmo corpo pode ser lido como perigoso e temível. Assim, o signo do “terrorismo” funciona como uma das principais barreiras para o reconhecimento pleno do povo palestino, participando de um processo histórico de deslegitimação e desumanização dos povos árabes e muçulmanos.

Saint Pierre (2014) critica a noção de “terrorismo” existente no senso comum, que trata o terrorismo como um substantivo, justamente pela ausência de critérios objetivos para sua definição. Dessa forma, classificar um grupo ou um Estado como “terrorista” tende a apagar as intenções políticas desse ator, transformando o termo em um instrumento de deslegitimação. Tal uso é recorrente entre Estados hegemônicos, que detêm maior poder de nomeação e conseguem enquadrar seus inimigos como ilegítimos, sendo que os mesmos utilizam do terror como arma. Said (2007) diz que essa rotulagem foi explorada exaustivamente após o 11 de setembro, sendo os Estados Unidos um dos principais atores da demonização de pessoas árabes e mobilização do medo e ódio para manter a população do ocidente com raiva. Segundo o autor, esse mecanismo é usado para justificar guerras e deslegitimar movimentos de resistência como o Hamas, que, assim como Israel, utilizou o terror como arma. Entretanto, nesse cenário, apenas o corpo árabe é atravessado por signos negativos que movimentam certas afetividades e o rotulam como “terrorista”.

Khaled Hroub (2002) diz que o caso Hamas ilustra precisamente como a rotulagem de "terrorismo" tende a simplificar um fenômeno político complexo, ignorando a natureza multidimensional do movimento, que é percebido por grande parte da população palestina e teóricos como um produto natural das "circunstâncias não naturais" da ocupação. Para além do estigma puramente militar, Hroub vai dizer que o Hamas consolidou-se através de uma vasta rede de infraestrutura social e cultural, preenchendo vácuos de assistência e construindo uma legitimidade política que transcende o uso da força. O grupo reivindica para si o status de movimento de libertação nacional, justificando sua resistência armada com base no direito internacional e na Carta da ONU como uma resposta legítima à tirania da ocupação estrangeira. Inclusive, o movimento sustenta que a adoção de terror é apenas uma reciprocidade adotada após massacres cometidos contra civis palestinos. Dessa forma, ao enquadrar o Hamas exclusivamente sob o signo do terrorismo, os discursos hegemônicos conseguem despolitizar o conflito, transformando uma disputa por autodeterminação em um problema de segurança nacional.

Dessa forma, a leitura de Ahmed (2004) nos permite compreender que esses rótulos passaram por esse processo de circulação em uma economia afetiva, na qual determinados grupos são alinhados entre si, pela paixão em ter ódio a um "outro", que no caso é o plano histórico promovido pelos Estados soberanos ocidentais em formar uma base que sente medo e ódio pelo oriente. No que tange atualmente à nova fase do conflito Israel-Palestina, quando palavras como "terrorismo" ou "ameaça" passam a se associar recorrentemente a corpos palestinos, elas produzem um sentido com valor afetivo que antecede a própria leitura da notícia, a recorrência desses signos inscreve os corpos palestinos em uma matriz discursiva marcada por afetos negativos, restringindo as possibilidades de empatia e reconhecimento disponibilizadas pelo texto.

2.3 ENQUADRAMENTOS E VIDAS PASSÍVEIS DE LUTO

As contribuições de Butler se tornam centrais para a presente pesquisa ao serem pensadas junto com os estudos sobre economias afetivas. Ahmed (2004) discorre sobre como determinados signos se associam a certos corpos e criam afetos, Butler, por sua vez, irá mostrar as consequências dessa economia afetiva: quais vidas podem ser reconhecidas como vidas, e assim, podem ser lamentadas.

Em Quadros de Guerra (2015), Butler argumenta que os enquadramentos pelos quais apreendemos a vida dos outros são politicamente saturados, ou seja, estão atravessados por

estigmas sociais e políticos, não sendo meramente neutros, delimitando aquilo que pode aparecer como vida. A partir de Ahmed (2004), entendemos que esses enquadramentos são frutos de uma economia afetiva. Desse modo, determinadas vidas são mais facilmente reconhecidas como vidas dignas de proteção, enquanto outras permanecem em uma zona de reconhecimento precário dada ao tipo de afetividade que esta vida possui. Butler afirma que esses enquadramentos são uma operação de poder. Nos contextos de guerra, os enquadramentos vão “esculpir seletivamente a experiência” como dito por Butler (2009), ou seja, decidirá o que será mostrado, quem será visto, qual é a ameaça e quais mortes serão consideradas. Assim, os enquadramentos hierarquizam discursivamente quais vidas são apresentadas como merecedoras de compaixão.

Além disso, Butler (2011) também estabelece uma diferenciação entre dois conceitos que serão fundamentais para a discussão de sua teoria; entre a precariedade e a condição precária. A **precariedade** é uma característica ontológica e existencial inerente a toda vida sensível, definindo corpos que são, por natureza, vulneráveis e interdependentes, pois dependem de condições externas para persistir, ou seja, qualquer vida é precária, isso é algo que todos compartilham por igual. Por outro lado, a **condição precária** é uma categoria especificamente política e designa uma condição induzida na qual populações específicas sofrem com redes de apoio social e econômico deficientes, sendo expostas de forma diferencial e desigual à violação e à morte. No contexto do conflito, essa precariedade é maximizada para corpos que, como os palestinos, são enquadrados como ameaças à vida, o que justifica politicamente a retirada de proteções básicas, sua exposição à fome e à violência diversas.

Para a autora, uma vida não pode ser considerada perdida se antes não for apreendida como vida; por isso, a questão do luto é anterior à própria morte, somente vidas reconhecidas como vidas podem ser plenamente lamentadas quando perdidas. Entende-se, assim como em seu outro trabalho já citado nessa pesquisa, que vidas que não são reconhecidas como passíveis de luto são de corpos marginalizados sob uma condição precária, estando enquadradas de uma forma que opera para que o sujeito não consiga apreender certas vidas, como as de inimigos em guerra. Nessa discussão, essas vidas são as dos Palestinos, vistas como abjetas na sociedade.

Essa questão se articula diretamente ao problema da representação midiática. Em Vida Precária (2011), Butler chama atenção para o fato de que a comoção ética depende das condições pelas quais certas vidas se tornam visíveis e reconhecíveis. Quando determinadas

existências permanecem sem nome, sem imagem e sem possibilidade pública de luto, elas não chegam a produzir indignação moral. Como afirma a autora:

[...] se essas vidas continuarem inominadas e não lamentadas, se elas não aparecerem em toda sua precariedade e destruição, não nos emocionaremos com elas. Não retornaremos àquele senso de indignação ética que é, distintivamente, para um Outro e em nome de um Outro (Butler, 2011, p. 31).

Butler observa que os interesses que controlam a circulação dos discursos decidem, ao mesmo tempo, o que será e o que não será reconhecido publicamente como realidade. Por isso, mesmo quando a violência não é mostrada diretamente, há uma violência própria no enquadramento daquilo que se mostra. Certas vidas e certas mortes podem ser apagadas pela oclusão, quando não aparecem, ou pela própria representação, quando aparecem capturadas por narrativas da própria guerra. Em ambos os casos, o problema central é o mesmo, os enquadramentos determinam quais vidas podem ser reconhecidas como vidas e quais mortes podem ser lamentadas (Butler, 2011).

Dessa forma, entende-se que determinados veículos de notícia podem contribuir para a marginalização desses corpos e para o distanciamento do Ocidente em relação a eles, reforçando a manutenção de uma lógica de “fronteira”. Quando se trata de um povo que está historicamente associados a signos desumanizantes, o enquadramento jornalístico deveria exigir cuidado para não reproduzir a lógica ocidental de distanciamento e marginalização do “outro” oriental, ainda mais em um conflito em que os corpos israelenses e palestinos inspiram afetividades diferentes. Contudo, mesmo após às crescentes mortes na crise humanitária em Gaza, parte da cobertura tende a optar por uma postura de neutralidade, em que o silêncio sobre o genocídio em Gaza foi mantido até seu limite (Cook, 2025).

Observa-se então que o sofrimento palestino nem sempre é exposto em sua dimensão humana, que essas pessoas dificilmente recebem a centralidade que suas trajetórias merecem, então raramente têm seus corpos como passíveis de luto, como propõe Butler em “Vida precária” e em “Quadros de Guerra”.

3 METODOLOGIA

Hall (2016, p. 16) afirma que a “representação é a produção do sentido pela linguagem”. A partir dessa compreensão, esta pesquisa entende a cobertura jornalística como uma prática produtora de sentidos sobre a guerra entre Israel e Palestina e, mais especificamente, sobre os corpos palestinos e seu sofrimento na crise humanitária em Gaza.

Metodologicamente, será realizada uma análise qualitativa e interpretativa de reportagens publicadas no site da *Folha de S.Paulo*, orientada pelas contribuições teóricas de Sarah Ahmed e Judith Butler.

A escolha da *Folha de S.Paulo* justifica-se por sua relevância no campo jornalístico brasileiro e por sua ampla circulação nacional, o que a torna um veículo importante para observar como acontecimentos internacionais são narrados ao público brasileiro. Além de reportagens produzidas pela própria *Folha*, o corpus também inclui reportagens de outros veículos hospedadas no site do jornal, uma vez que elas integram o conjunto de conteúdos disponibilizados pela *Folha de S.Paulo* ao seu público leitor. Dessa forma, a análise considera não apenas a autoria original das reportagens, mas principalmente sua circulação dentro do ambiente jornalístico da *Folha*.

O recorte temporal compreende reportagens publicadas entre outubro de 2023 e outubro de 2025, período marcado pela intensificação da guerra em Gaza e pelo agravamento da crise humanitária palestina. Inicialmente, foram catalogadas cerca de 50 reportagens relacionadas ao conflito, das quais oito foram selecionadas para análise mais aprofundada. A escolha dessas oito reportagens se deu por sua vinculação a acontecimentos considerados marcantes na guerra e na crise humanitária, como o início do conflito em outubro de 2023 e também a virada para o ano de 2024, a explosão no hospital Al-Ahli Arab, as incursões terrestres israelenses em Gaza, o episódio conhecido como “Massacre da Farinha” e o reconhecimento internacional da fome em Gaza. A escolha desses acontecimentos permite observar como os corpos palestinos aparecem em momentos de maior visibilidade pública do conflito, bem como identificar se são representados como sujeitos individualizados, com nome, voz e história, ou predominantemente como números, multidões, vítimas coletivas e efeitos da guerra. Foram priorizadas reportagens informativas.

A análise se baseia em uma leitura textual qualitativa e interpretativa das reportagens, com foco na identificação das estratégias discursivas mobilizadas pelo jornal. A leitura considera títulos, subtítulos e escolhas lexicais para entender de que maneira a construção do texto representa o corpo palestino e promovem economias afetivas. Compreendendo como esses elementos discursivos produzem sentidos que podem precarizar essas existências, influenciando no reconhecimento como vidas passíveis de luto. A partir de Ahmed, serão observados os signos associados aos corpos palestinos, como “terrorismo”, “Hamás”, “ameaça”, “refugiados”, “multidão”, buscando compreender como sua circulação nos textos mobiliza repertórios afetivos relacionados ao medo, à comoção, ao distanciamento ou ao reconhecimento. A partir de Butler, será analisado de que modo os enquadramentos

jornalísticos constroem e/ou fragilizam o reconhecimento dessas vidas como vidas passíveis de luto.

Dessa forma, a pesquisa não busca medir a recepção do público nem investigar a intenção dos jornalistas, mas compreender como os textos disponibilizados pela *Folha de S.Paulo* produzem sentidos e sensibilidades ao representar o corpo palestino.

4 ANÁLISE

A partir dos tópicos teóricos, a análise se volta para a forma como a cobertura da *Folha de S.Paulo* representa discursivamente o corpo palestino. O corpus reúne oito matérias publicadas em diferentes momentos da guerra, desde o início da ofensiva israelense em Gaza, em 2023, até o período em que a crise humanitária passa a ser discutida a partir da denúncia de que o que acontece em Gaza é um genocídio. Para isso, foi feita uma busca simples no site da *Folha de S.P* por palavras chaves como “Palestina”, “Israel” “Gaza” e “Hamás”, sendo lido tanto textos da versão impressa na *seção mundo* quanto as digitais.

O Quadro 1 abaixo é uma representação geral da análise que será desenvolvida em seguida, contendo a relação das estratégias discursivas que juntas contribuem para um reconhecimento precário da vida palestina. As estratégias discursivas presentes são: despersonalização, massificação, estigmatização por signos negativos, abjeção, desistorização, enquadramento militar, oclusão, ocultação do Agente causador e reduzir para disputa de versão. Destacando com “possui” as que tem alguma dessas estratégias e com “não possui” as que não possuem alguma dessas estratégias, logo tendo uma representação humanizada do corpo Palestino. Ao decorrer da análise são identificadas as estratégias discursivas citadas. Ademais, o quadro também foi formulado com base na teoria de Ahmed (2004), com o objetivo de destacar os signos que constroem sentidos e geram afetividades na redação da matéria.

Quadro 1 - Relação de estratégias discursivas precarizantes nas reportagens

Reportagem	Estratégias discursivas precarizantes	Signos
1 - Israel declara guerra após ataque surpresa do Hamas; ao menos 482 morrem	Possui	“sofrido por Israel”, “mortos israelenses”, “Hamas disse”
2 - Israel prepara retirada de civis em regiões fronteiriças após	Possui	“terroristas”; “grupo extremista islâmico”; “reféns”; “massacres”;

ataques terroristas do Hamas		“Israel revidou”
3 - O que se sabe sobre a explosão em hospital de Gaza que deixou centenas de mortos	Possui	“centenas de mortos”; “refugiados”; “massacre”; “troca de acusações”
4 - Israel faz operação terrestre na Faixa de Gaza para preparar invasão em larga escala	Possui	“facção terrorista”; “células terroristas”; “múltiplos alvos”; “ultimato”
5 - Israel entra em Gaza pelo 2º dia consecutivo e expande ofensiva terrestre	Possui	“grupo terrorista”; “escudo”; “infraestruturas humanitárias”; “crimes de guerra”;
6 - Israel atira em multidão em fila por comida; Hamas fala em 112 mortos	Possui	“multidão”; “Hamas fala”; “ameaça”; “saques”; “massacre”
7 - Com exceção dos EUA, Conselho de Segurança da ONU diz que fome em Gaza é ‘ação humana’	Possui	“fome”; “ação humana”; “arma de guerra”; “desnutrição”; “crianças”; “grupos vulneráveis”
8 - Gaza tem mortos sem velórios e enterro digno	Não possui	“Gaza tem mortos”, “sem velório”, “apartamento frio e vazio”, “mortos por Israel”

Fonte: Elaboração própria com base em Folha de S.Paulo (2026).

O conflito iniciado em 7 de outubro de 2023 foi responsável por voltar o olhar do público internacional novamente para o Oriente Médio, e as primeiras reportagens sobre o caso direcionaram como se daria a representação deste evento frente ao público brasileiro. Nesse sentido, a Folha de S.P escreveu: *Israel declara guerra após ataque surpresa do Hamas; ao menos 482 morrem* (Folha S.P, 7 de out. de 2023) sendo essa a primeira reportagem do veículo informativo tratando sobre o conflito. Tendo ela como base, é notável no título que Israel adotou uma postura de defesa após os ataques de Hamas, e que 482 pessoas morreram. Entretanto, esses números correspondem à somatória total das mortes registradas no conflito, abrangendo tanto vítimas israelenses quanto palestinas. Nesse primeiro momento, contudo, a forma como os dados são apresentados pode induzir à interpretação de que o Hamas foi responsável por um número de mortes significativamente superior ao efetivamente atribuído a ele.

Além disso, nota-se uma diferença na forma de nomear as vítimas ao longo da reportagem. Enquanto o ataque do Hamas é apresentado como tendo resultado em "250 israelenses mortos", o ataque de Israel em Gaza é descrito apenas como tendo deixado "232 mortos", sem especificar quem são essas vítimas. Outrossim, a reportagem cita como

contextualização um conflito que ocorreu entre as mesmas partes em 2021, generalizando um número de mortes de “240 pessoas”, esse número representa em quase sua totalidade somente Palestinos (Ahmed, 2021). A respeito desse conflito citado que ocorreu em 2021, as Nações Unidas falam em milhares de feridos, tendo a sua maioria em Gaza. Essa informação é ocultada e resumida na reportagem. Em geral, a reportagem traz signos referentes a Israel como “israelenses feridos” enquanto os Palestinos são descritos como “centenas de mortos”, e os principais ao tratar sobre Hamas: “extremista” e “terrorista”.

Essa primeira reportagem aborda um texto marcado por uma narrativa vista como pró-israelense, sem qualquer contextualização detalhada, trazendo uma visão reducionista sobre a ação do Hamas aos ataques no território israelense. A priori, obviamente os ataques à Israel precisam ser lamentados, mas quando essas vidas são colocadas em evidência a frente de outras, em um contexto polarizado como é Israel e Palestina, a postura de imparcialidade dos veículos informativos pode ser questionada. E, com isso, não é querer abandonar a objetividade e precisão da redação, mas reconhecer que não é meramente neutra, a escolha de palavras e enquadramentos influencia a forma como a sociedade interpreta os conflitos (Hartley, 2012 *apud* Ramos; Baldin, 2023; Lynch; Galtung, 2010 *apud* Ramos; Baldin, 2023).

Assim, a escolha desse texto como um dos primeiros a tratar sobre o conflito demonstra que um dos maiores veículos informativos do Brasil acaba pecando em expor o assunto em sua totalidade, sem qualquer personalização e contextualização, colaborando para as disputas narrativas que marcam este evento, assim como afirmado pelo relatório *Framing Gaza: media bias report 2025* (Media Bias Meter, 2025) – citado na introdução desta pesquisa.

Butler (2015) diz que essa ocultação ou generalização é uma função delimitadora, ou seja, uma imagem é colocada em foco com a condição de que uma porção seja excluída, como, por exemplo, resumir números totais de mortes no título da primeira reportagem. O enquadramento aqui então não só mostra algo, mas silencia passivamente também, tornando as mortes palestinas como efeito colateral do ataque surpresa. Assim, ao colocar Israel em um espaço de vulnerabilidade, que é o que acontece com excelência no texto, é possível ver a construção da vida Israelense como passível de luto. Por outro lado, mesmo que a Palestina também tenha sofrido uma retaliação em seguida, esse mesmo processo não acontece com os corpos palestinos, que são colados então como vidas abjetas, não passíveis de luto. Esse fenômeno, somado à economia afetiva mobilizada a partir dos signos citados que representam os palestinos, constrói condições discursivas que fragilizam a apreensão da vida palestina como uma vida passível de luto.

Ademais, esse enquadramento que determina quais vidas serão reconhecidas, opera também na reportagem do dia seguinte, *Israel prepara retirada de civis em regiões fronteiriças após ataques terroristas do Hamas* (Folha de S.P, 8 de out. 2023), no título já vem exposto o principal signo de deslegitimação e horror, “Terrorista” – atravessado por vários estigmas como já citados por Saint-Pierre (2014) e Ahmed (2015) – direcionado ao Hamas, principal ator representante da Palestina nos discursos jornalísticos. Neste texto, é constantemente escrito “Israel reage” e “Israel contra ataca”, signos que neste contexto colaboram para uma ideia de validação dos ataques, o que pode acabar despertando uma circulação de afetividades no imaginário ocidental de compreensão, de acordo com as ideias de Ahmed (2015).

Dessa forma, essas duas reportagens ajudam a enxergar que no início do conflito as perdas árabes foram colocadas sobre um enquadramento em que elas não serão objeto de luto público, pois este enquadramento midiático pode atuar dessensibilizando o leitor e impedindo que ele reconheça a interdependência e a precariedade compartilhada entre esses corpos, como discutido por Butler (2015). Ademais, esses atos de sentir do leitor estão motivados pelas escolhas lexicais presentes, como visto por Ahmed (2004). A repetição de termos como “terrorismo”, sem uma historização clara, associa o corpo palestino a repertórios afetivos de horror, medo e ódio, construindo uma posição de leitura marcada pelo distanciamento em relação ao ‘outro’.

Além disso, os dois acontecimentos seguintes foram selecionados por tratarem de episódios de grande gravidade no conflito, envolvendo diretamente a morte e o sofrimento de civis palestinos. O primeiro, chamado de “Massacre da Farinha” – ocorrido em 29 de fevereiro de 2024, de acordo com os dados da Organização das Nações Unidas, quando tropas israelenses abriram fogo contra uma multidão de palestinos reunidos para coletar farinha na cidade de Gaza, que enfrenta vulnerabilidade alimentar desde 8 de outubro de 2023 após os bloqueios. No massacre, 112 pessoas morreram e outras 760 ficaram feridas.

A reportagem *Israel atira em multidão em fila por comida; Hamas fala em 112 mortos* (Folha de S.P, 01 de mar. 2024) tem em seu título um anunciador dessas mortes: o Hamas, uma entidade que já está deslegitimada por conta das afetividades que a atravessam e não possui qualquer característica política a não ser de “Terrorista” pelo olhar ocidental – são pessoas que consomem as narrativas criadas pelos veículos informativos do ocidente. Dessa forma, a veracidade dessas informações infelizmente pode ser questionada. E, mesmo em um momento de exposição da crise humanitária, que já acontecia naquele momento, o jornal utilizou novamente o termo “grupo terrorista” no corpo da reportagem para dizer que a

Palestina está em guerra contra Israel. Por mais que a reportagem não personalize o corpo palestino, ela tem um enquadramento humanitário bastante nítido em favor ao seu sofrimento. Porém, partindo dos signos mobilizados, observa-se uma economia afetiva ambígua: de um lado, citar “fome” e a “busca por comida” aproximam os corpos palestinos da vulnerabilidade; de outro, termos como “multidão”, “ameaça”, “saques” e “ Hamas fala” podem produzir distanciamento e dúvidas sobre o que aconteceu neste evento. Esse mesmo efeito ocorre na reportagem de um outro evento, o da explosão do maior hospital de Gaza.

O que se sabe sobre a explosão em hospital de Gaza que deixou centenas de mortos (Folha de S.P, 18 de out. 2023) descreve a explosão que ocorreu no maior hospital da faixa de Gaza, o Arab AL-Ahli, evento que teve em torno de 471 vítimas palestinas. Aqui, o corpo palestino aparece em uma condição de vulnerabilidade extrema, e a ambientação em um hospital reforça essa representação, uma vez que esse espaço carrega fortes afetividades por ser socialmente percebido como um local de proteção e cuidado. A teórica também da área dos afetos, Lilie Chouliaraki (2006), diz que o Hospital é um dos espaços concretos fundamentais para construir a proximidade emocional entre o espectador e o “sofredor” distante. Ao visualizar o interior de um hospital, a notícia de emergência rompe com a abstração dos mapas, permitindo que o público veja o sofrimento como um fato real e urgente.

Nesse sentido, a reportagem consegue desenvolver bem esses elementos em sua redação, mencionando os médicos e os refugiados que ali estavam, construindo a imagem de um espaço humanitário. Aqui existe uma personalização parcial, contendo relato de um médico britânico-palestino presente, e também de um outro que não possui nome, somente seu relato de que 80% do hospital estava inutilizado tendo centenas de mortos e feridos.

Segundo Ahmed (2004), a dor sendo exposta sem vozes e histórias funciona como uma intensificação da superfície, as vítimas são apresentadas como uma massa indiferenciada, que é o caso da reportagem citada. Ademais, essa visibilidade também é mediada pela disputa de versões sobre a autoria da explosão. Expressões como “troca de acusações” e a alternância entre as versões de Hamas e Israel presentes no texto fazem com que as mortes palestinas, que eram para ser centrais, apareça não apenas como sofrimento civil, mas também como objeto de controvérsia política. Assim, sendo novamente subordinada e não mostrada em sua totalidade, mesmo quando o evento é inteiramente sobre seu sofrimento. Nesse sentido, a reportagem falha em trazer uma representação detalhada sobre o corpo palestino.

Um dos últimos eventos a serem tratados nesta pesquisa serão as duas maiores excursões de Israel no território Palestino, em 2023. A reportagem *Israel faz operação terrestre na Faixa de Gaza para preparar invasão em larga escala* (Folha de S.P, 27 de out.

2023) e *Israel entra em Gaza pelo 2º dia consecutivo e expande ofensiva terrestre* (Folha de S.P, 27 de out 2023) constroem a visibilidade de Gaza a partir de um olhar predominantemente militar, assim como exposto em seus títulos. Portanto, a narrativa maior aqui é a movimentação do exército israelense com a entrada de tanques e drones dentro de um território civil após as mortes dos civis que lá vivem, que naquele momento tinha ultrapassado mais de sete mil palestinos mortos, segundo fontes do próprio jornal. Gaza, nesse sentido, surge como um território estratégico transformado em campo de combate, embora a representação não alcance, de fato, a complexidade e a gravidade implicadas nessa condição. Ao final da primeira reportagem sobre a excursão israelense, existe sim uma contextualização sobre o conflito onde não se reduzem os ataques israelenses a apenas um “contra ataque”. A reportagem evidencia a diferença exorbitante do número de mortos israelenses e palestinos até aquele momento, mas deixando também apenas como números, sem evidenciar quem de fato são.

A prática jornalística de reduzir as vítimas orientais de guerra a meras estatísticas numéricas opera como uma tecnologia de desumanização que Sarah Ahmed (2014) discorre com Sturken para classificar como uma "hierarquia dos mortos", na qual certas perdas são privilegiadas e individualizadas enquanto outras são transformadas em uma "presença ausente" que não chega a aparecer como perda – que é o caso das reportagens analisadas. Ao converter essas vidas singulares palestinas em números, a mídia as priva de sua humanidade e de seu "ser", enquadrando-as como vidas não passíveis de luto. Neste contexto, Ahmed (2015) conversa diretamente com Butler, dizendo que esse movimento restringe, no plano discursivo, os recursos de individualização e de aproximação afetiva por meio dos quais essas mortes poderiam ser construídas como perdas de vidas singulares.

Contudo, o jornal consegue sim trazer personalização em seu corpus e romper com as estratégias discursivas precarizantes, reportagens como; *Gaza tem mortos sem velórios e enterro digno* (Folha S.P, 8 de jan. 2024), conseguem aproximar o leitor à dor Palestina. Seu título evoca um signo que pode despertar um sentimento de comoção ao ler “sem velório” e “enterro digno”, ao mesmo tempo que a redação da reportagem carrega depoimento de familiares palestinos com nomes e histórias, que perderam seus entes por fatalidades advindas de ataques israelenses. A reportagem então descreve e reconhece o palestino Kareem Sabawi, jovem vítima dos ataques de Israel. Ele era filho de Hazem Sabawi, que sofreu uma dupla tormenta, pois lamentava a perda de seu filho que ficou sob escombros por quatro dias enquanto seus pais eram incapazes de proporcionar um enterro adequado, pois as vias para os socorristas alcançarem os corpos estavam todas bloqueadas por militares e tanques, em razão

dos primeiros dias da invasão israelense em Gaza. A reportagem traz o relato de Hazem Sabawi:

[...] depois do quarto dia, eu disse chega. Ou eu serei enterrado com ele ou não o enterrarei de jeito nenhum”, disse ele contando como enterrou seu filho debaixo de uma goiabeira atrás do prédio de um vizinho. “Todo ser humano tem o direito de ser enterrado” afirmou Sabawi (Folha de S.P, 2024).

Aqui, o corpo palestino possui sua condição precária exposta, construindo uma vida pela qual ao ser vista, será lamentada. Essa reportagem não representa um evento isolado assim como os outros, mas serve para enxergar como a destruição em Gaza já estava massiva na virada de 2023 para 2024.

Por fim, para finalizar o tópico da análise, a reportagem escolhida representa o momento que Gaza passava em 2025, em total crise humanitária e o genocídio palestino cada vez mais evidente e alarmante. Sendo já reconhecida e confirmada pela Organização das Nações Unidas. Porém, ainda em constante duelo nas narrativas midiáticas ou retratadas em neutralidade – como já discutido anteriormente. Dessa forma, Peixoto (2025, n. p.) afirma que a neutralidade “é impossível de se atingir, sobretudo, quando precisamos ter clareza que posições diferentes não têm o mesmo peso quando falamos de atrocidades e caos humanitário”. E se antes a crise humanitária não estava evidente, no ano de 2025 esse agravamento ganha depoimento e denúncias oficiais, como as já feitas pela África do Sul desde 2024 na corte internacional (Organização das Nações Unidas, 2024) e agora feitas propriamente pela ONU, como sua denúncia de que Gaza está em fome.

Assim, a Folha redige a seguinte reportagem; *Com exceção dos EUA, Conselho de Segurança da ONU diz que fome em Gaza é ‘ação humana’* (Folha de S.P, 27 de ago. 2025), o foco aqui é o ato do Conselho de Segurança acima da dor do que está acontecendo, em que nem no subtítulo da reportagem expõe o agente causador da crise humanitária em Gaza, enquanto Israel mantém um bloqueio quase total à entrega de ajuda, como afirmado pela ONU (2025). Dessa forma, a expressão ‘ação humana’ presente no comunicado da ONU faz um trabalho de ao mesmo tempo evidenciar que aquilo não é uma fatalidade – alguém causou aquilo – mas também não nomeia o agente causador, deixando subordinada a dor palestina.

Ahmed (2015) afirma que quando o agente responsável pela dor é ocultado, a dor passa a ser vista como uma fatalidade ou um atributo de quem sofre, o que não é o caso, pelo menos no contexto de guerra, trazendo uma representação falha para aquela dor. A Folha de S.P apenas expõe o que foi dito pela ONU trazendo trechos do relatório, no qual diz que a

fome como arma de guerra é crime, mas em nenhum momento é incisiva a falar de Israel. Embora o texto traga o enquadramento palestino ele ainda é uma representação parcial, o corpo palestino aparece apenas como números, forma de representação esta que já foi criticada nesta pesquisa.

Em conjunto, as reportagens analisadas indicam que o sofrimento palestino aparece na cobertura da Folha de S.Paulo, mas nem sempre ocupa o mesmo lugar narrativo. As disputas de poder são claras, e sua visibilidade é subordinada à essas estratégias discursivas citadas, causando uma representação precarizante. Sendo constantemente apagados pela oclusão, como citado por Butler (2004). Ainda que mortes, fome, deslocamento e destruição sejam mencionados, os corpos palestinos tendem a aparecer de forma coletiva e numérica, muitas vezes mediada por fontes oficiais, sem nome e vozes, o que limita sua individualização e a construção de suas vidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar as representações discursivas do corpo palestino na *Folha de S.Paulo* e os efeitos dessas representações na promoção de apegos afetivos que impedem o reconhecimento daquela vida como passível de luto, à luz de Sarah Ahmed e Judith Butler. Feitas a partir de cinco eventos importantes que ocorreram no conflito Israel e Palestina. O objetivo central era identificar as estratégias discursivas presentes nas matérias que acabam precarizando o corpo palestino. Foi realizada uma investigação a partir de oito reportagens advindas de um corpo extenso de 50 textos informativos da *Folha de S.P.* Assim, as escolhidas foram analisadas por meio das contribuições teóricas de Ahmed e Butler, a fim de entender os afetos que podem ser mobilizados por meio das estratégias discursivas que representam o palestino na cobertura da *Folha de S.P.*, contribuindo para a construção ou não dessas vidas. A junção das duas autoras trouxe um horizonte interessante para pesquisa, entendendo como as escolhas lexicais e enquadramentos não são neutros.

Outrossim, os resultados encontrados respondem em partes a hipótese inicial, de que realmente a *Folha de S.P.* peca em tratar do assunto Israel e Palestina em sua totalidade, desenvolvendo mais um enquadramento militar em cima do sofrimento palestino em vez de evidenciá-los, atravessando o corpo palestino a partir de estratégias discursivas que o precarizam, ou seja, raramente desenvolvendo personalização e contextualização de sua situação, trazendo um reconhecimento precário. Porém, a Folha também mostra que consegue desenvolver reportagens que personaliza o palestino, trazendo uma representação que

reconhece sua humanidade, como é visto na única reportagem que não possui as estratégias discursivas precarizantes. No entanto, justamente por contrastar com outras reportagens do corpus, esse caso evidencia que a personalização da representação palestina ocorre de forma limitada e não se mantém como padrão na cobertura analisada.

Nesse sentido, Ahmed permitiu observar como determinados signos mobilizados nas reportagens como; “terrorismo”, “Hamás”, “ameaça”, “multidão”, e outros, não circulam de forma neutra, mas podem produzir efeitos afetivos de medo, dúvida, comoção ou distanciamento. Na cobertura da Folha, observa-se que a recorrência de signos como “terrorismo”, “ameaça”, “Hamás” e “multidão” integra uma representação discursiva que precariza o corpo palestino e mobiliza marcas afetivas associadas ao horror diante das ações atribuídas ao Hamás e ao distanciamento em relação à dor dos corpos palestinos. Butler, por sua vez, por meio de seu conceito de enquadramento em guerras, contribuiu para compreender como esses enquadramentos interferem no reconhecimento das vidas palestinas como vidas vulneráveis e passíveis de luto, ocasionando justamente no distanciamento citado. Assim, a junção das autoras serviu para criticar as estratégias discursivas que representam o corpo palestino na cobertura jornalística, entendendo que mostrar o sofrimento não significa, necessariamente, sua plena humanização.

Para concluir, o caso da *Folha de S.P* não é isolado e serve como base para questionar como outras mídias influentes ocidentais vem retratando o sofrimento palestino em suas coberturas, a importância de analisar não apenas se existe a visibilidade do sofrimento palestino na imprensa, mas como ele aparece discursivamente, quais corpos são tornados reconhecíveis e quais permanecem anônimos diante da narrativa da guerra são essenciais para o não apagamento de vidas e o rompimento de discursos de poder. Espera-se que mais trabalhos surjam para que a mídia não só brasileira, como um todo, passe a adotar estratégias discursivas que na verdade reconheçam as vidas palestinas de forma humanizada em suas coberturas.

REFERÊNCIAS

ABDULRAHIM, Raja. Gaza tem mortos sem velório e enterro digno. **Folha de S.P.** São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/01/sob-bombardeio-familiares-deixam-mortos-e-m-gaza-sem-velorio-e-enterro-digno.shtml>. Acesso em: 12 de jun, 2026.

AHMED, Sarah. Affective Economies. **Social Text**, Durham, v. 22, n. 2, p. 117-139, 2004.

AHMED, Sara. **The Cultural Politics of Emotion**. 2. ed. Edinburgh. Edinburgh University Press, 2014

AHMED, Nasim. Relembrando o massacre israelense contra Gaza de 2021. **Monitor do Oriente**, 2022. Disponível em: <https://www.monitordo Oriente.com/20220506-relembrando-o-massacre-israelense-contra-gaza-de-2021/>. Acesso em: 15 de jun. 2026.

BALDIN, Vitoria; RAMOS, Daniela. Reflexões sobre as relações entre mídia noticiosa e conflito permanente entre palestinos e israelenses. **Comun. & Inf.**, Goiânia, v. 26, p. 299-315, 2023.

BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea**. Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, n. 1, p. 13-33, 2011.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra, quando a vida é passível de luto?** Tradução de Sergio Lamarino e Arnaldo Marques. Rio de Janeiro, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 16. ed. Rio de Janeiro, 2018.

CHERMAN, Michel. Entre a Nakba e a Shoá: catástrofes e narrativas nacionais. **História (São Paulo)**, v. 33, n. 2, p. 104-121. 2014.

CHOULIARAKI, Lilie. **The Spectatorship of Suffering**. London, 2006.

Com exceção dos EUA, Conselho de Segurança da ONU diz que fome em Gaza é ‘ação humana’. **Folha de S.P.** São Paulo. 27 de ago, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2025/08/com-excecao-dos-eua-conselho-de-seguranca-da-onu-diz-que-fome-em-gaza-e-acao-humana.shtml>. Acesso em: 12 de jun, 2026.

COOK, Jonathan. Por que o muro de silêncio sobre o genocídio de Gaza finalmente começa a ruir? **Vio Mundo**. 2025. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/politica/jonathan-cook-por-que-o-muro-de-silencio-sobre-o-genocidio-de-gaza-esta-finalmente-comecando-a-ruir.html>. Acesso em: 15 de jun, 2026

GÜNAY, Mehmet Akif. International media framing of the Palestinian-Israel war. **The Turkish Online Journal of Design, Art and Communication**. v. 15, n. 2, p. 526–542, 2025.

HALL, Stuart. **The work of representation**. In: HALL, Stuart (ed.). Representation: cultural representations and signifying practices. London: Sage; The Open University, 1997. p. 16.

HROUB, Khaled. Hamas, politic thought and practice. **Washington, DC: Institute for Palestine Studies**, 2002.

Israel atira em multidão em fila por comida; Hamas fala em 112 mortos. **Folha de S.P.** São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/02/hamas-acusa-israel-de-atacar-civis-que-formam-fila-por-ajuda-humanitaria-em-gaza.shtml>. Acesso em: 12 de jun, 2026.

Israel declara guerra após ataque surpresa do Hamas; ao menos 482 morrem. **Folha de S.P.** São Paulo, 7 de out. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/10/israel-declara-guerra-apos-hamas-lancar-grande-ataque-surpresa.shtml>. Acesso em: 12 de jun. 2026.

Israel entra em Gaza pelo 2o dia consecutivo e expande ofensiva terrestre. **Folha de S.P.** São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/10/onu-sugere-crimes-de-guerra-cometidos-por-israel-na-faixa-de-gaza.shtml>. Acesso em: 12 de jun, 2026.

Israel faz operação terrestre na Faixa de Gaza para preparar invasão em larga escala. **Folha de S.P.** São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/10/israel-faz-operacao-terrestre-na-faixa-de-gaza-para-preparar-invasao-em-larga-escala.shtml>. Acesso em: 12 de jun, 2026.

Israel prepara retirada de civis em regiões fronteiriças após ataques terroristas do Hamas. **Folha de S.P.** São Paulo, 8 de out. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/10/israel-prepara-retirada-de-civis-em-regioes-fronteiricas-apos-ataques-terroristas-do-hamas.shtml>. Acesso em: 12 de jun. 2026.

LOVELUCK, Louisa; SHIH, Gerry; SHAMALAKH, Siham; BERGER, Miriam. More than 60,000 people killed in Gaza war, local health officials say. **Washington Post**, 29 jul. 2025. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2025/07/29/gaza-death-toll-60000/>. Acesso em: 17 ago. 2025.

MEDIA BIAS METER; TECH FOR PALESTINE. Framing Gaza: media bias report 2025. **Media Bias Meter**, 2025. Disponível em: <https://mediabiasmeter.com>. Acesso em: 2 jun. 2026.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Retrospectiva 2021: apoio da ONU a países em conflito**. Nações Unidas Brasil, 28 dez. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/166955-retrospectiva-2021-apoio-da-onu-pa%C3%ADses-em-conflito>. Acesso em: 15 jun. 2026.

O que se sabe sobre a explosão em hospital de Gaza que deixou centenas de mortos. **Folha de S.P.** São Paulo, 18 de out. 2023. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/10/o-que-se-sabe-sobre-explosao-em-hospital-de-gaza-que-deixou-centenas-de-mortos.shtml>. Acesso em: 12 de jun. 2026.

PEIXOTO, Clarissa. O que o jornalismo conta sobre o genocídio em Gaza. **Observatório da Imprensa**, 2025. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/objethos/o-que-o-jornalismo-counta-sobre-o-genocidio-em-gaza/>. Acesso em: 15 jun. 2026.

SAID, Edward. **A questão Palestina**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. 11 de Setembro: do terror à injustificada arbitrariedade e o terrorismo de Estado. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 23, n. 53, p. 9-26, mar. 2015. DOI: 10.1590/1678-987315235302.

SOUZA, Mirella Vargas de; AMARAL, Thagy Amanay do; NESS, Thais Lysakowski. Análise comparativa do posicionamento dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas frente ao conflito Israel-Palestino de 2021. **Revista Perspectiva**, v. 15, n. 29, p. 55-80, 2022.

THE GUARDIAN. Gaza death toll 40% higher than official number, Lancet study finds. **The Guardian**, 10 jan. 2025. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2025/jan/10/gaza-death-toll-40-higher-than-official-number-lancet-study-finds>. Acesso em: 17 ago. 2025.

UNITED NATIONS. **Corte Internacional determina que Israel evite atos de genocídio em Gaza**. *ONU News*, 26 jan. 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/01/1826832>. Acesso em: 26 jun. 2026.

UNITED NATIONS. **Israel has committed genocide in the Gaza Strip, UN Commission finds**. Geneva: Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, 16 set. 2025. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2025/09/israel-has-committed-genocide-gaza-strip-un-commission-finds>. Acesso em: 26 jun. 2026.

UNITED NATIONS. **UN experts condemn ‘flour massacre’, urge Israel to end campaign of starvation in Gaza**. Geneva: Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, 5 mar. 2024. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2024/03/un-experts-condemn-flour-massacre-urge-israel-end-campaign-starvation-gaza>. Acesso em: 26 jun. 2026.

UNITED NATIONS. **UN warns of growing humanitarian catastrophe in Gaza.** *UN News*, 4 maio 2025. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2025/05/1162886>. Acesso em: 26 jun. 2026.